

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016. Permanecemos à disposição dos Srs. Acionistas para prestar esclarecimentos adicionais necessários. São Paulo, 06 de setembro de 2017 **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2017		2016		Passivo	Notas	2017		2016	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016		
Circulante		11.992	21.952			Circulante		16.809	60.004		
Disponibilidades	4	665	206			Depósitos		453	42.113		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	4.697	2.000		11	Depósitos à vista		407	378		
Aplicações no mercado aberto	4	4.697	2.000		11	Depósitos a prazo		46	41.735		
Títulos e valores mobiliários	6	3.144	10.328			Relações interdependências		2	72		
Carteira própria		3.144	10.328			Recursos em trânsito de terceiros		2	72		
Relações interfinanceiras		34	141			Outras obrigações		16.354	17.819		
Depósitos no Banco Central		8	14		12	Obrigações fiscais e previdenciárias		45	5.024		
Correspondentes		26	127		13	Diversas		16.309	12.795		
Operações de crédito	7	32	3.470								
Setor privado		207	4.948								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(175)	(1.478)			Exigível a longo prazo		6.899	1.302		
Outros créditos		3.419	5.216			Depósitos	11	6.899	1.302		
Diversos	9	3.419	5.216			Depósitos a prazo		6.899	1.302		
Outros valores e bens		1	591								
Outros valores e bens		—	433			Patrimônio líquido	14	39.304	8.612		
Despesas antecipadas	10	1	158			Capital social		307.656	265.012		
Realizável a longo prazo		50.273	46.977			De domiciliados no país		306.356	259.411		
Operações de crédito	7	—	20			Aumento de capital em aprovação		1.300	5.601		
Setor privado		—	28			Prejuízos acumulados		(268.352)	(256.400)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	—	(8)								
Outros créditos		50.273	46.956								
Diversos	9	50.273	46.956								
Outros valores e bens		—	1								
Despesas antecipadas	10	—	1								
Permanente		747	989			Total do passivo		63.012	69.918		
Investimentos		161	161								
Outros investimentos		161	161								
Imobilizado de uso		129	201								
Outras imobilizações de uso		1.466	1.466								
Depreciações acumuladas		(1.337)	(1.265)								
Intangível		457	627								
Outros ativos intangíveis		1.501	1.465								
Amortização acumulada		(1.044)	(838)								
Total do ativo		63.012	69.918					63.012	69.918		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido/prejuízo por ação)

	Notas	2017		2016	
		2017	2016	2017	2016
Receitas da intermediação financeira		2.577	4.704		
Operações de crédito		1.818	2.294		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		759	2.573		
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		—	(163)		
Despesas da intermediação financeira		(805)	(6.794)		
Operações de captação no mercado		(1.204)	(6.385)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		399	(409)		
Resultado bruto da intermediação financeira		1.772	(2.090)		
Outros resultados operacionais		(7.329)	(10.381)		
Receitas de prestação de serviços		1	3		
Despesas de pessoal		(796)	(1.663)		
Serviços de terceiros	16	(3.730)	(5.624)		
Outras despesas administrativas	17	(2.034)	(3.456)		
Despesas tributárias		(1)	(9)		
Outras receitas operacionais	18	481	3.115		
Outras despesas operacionais	18	(1.250)	(2.747)		
Resultado operacional		(5.557)	(12.471)		
Resultado não operacional	19	155	(204)		
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(5.402)	(12.675)		
Imposto de renda e contribuição social		3.356	13.014		
Ativo fiscal diferido		3.356	13.014		
Resultado do semestre		(2.046)	339		
Resultado por ação do capital social - R\$		(0,0002)	0,0003		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado ao contrário)

	2017		2016	
	Primeiro Semestre	Primeiro Semestre	Primeiro Semestre	Primeiro Semestre
Atividades operacionais				
Lucro/prejuízo do semestre	(2.046)	339		
Ajuste ao resultado				
Resultado líquido com marcação a mercado	(89)	30		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(399)	409		
Reversão de impostos diferidos	(3.356)	(13.014)		
Reversão de provisão para perdas com bens não de uso próprio	(639)	(94)		
Prejuízo na alienação de bens não de uso próprio	480	125		
Depreciações e amortizações	129	177		
Variações monetárias ativas	(98)	(115)		
Provisão para contingências	1.035	2.612		
Variações de ativos e obrigações				
Redução de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	4.540	62.394		
Redução de relações interfinanceiras	235	(44)		
Redução de operações de crédito	774	1.938		
Redução de outros créditos	2.356	(2.743)		
Redução de outros valores e bens	4	392		
Redução de outras obrigações	(2.148)	(3.407)		
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais	778	49.000		
Atividades de investimentos				
Alienação de bens não de uso próprio	191	172		
Aquisição de bens não de uso próprio	(33)	(54)		
Alienação de imobilizado de uso	—	173		
Caixa líquido proveniente de atividades de investimentos	158	291		
Atividades de financiamento				
Redução em depósitos	(23.114)	(42.140)		
Redução em captações no mercado aberto	—	(12.005)		
Redução em relações interdependências	(2)	66		
Redução instrumentos financeiros derivativos	—	(939)		
Aumento de capital	20.240	7.101		
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamento	(2.876)	(47.916)		
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(1.940)	1.374		
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do semestre	7.302	832		
No fim do semestre	5.362	2.206		
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(1.940)	1.374		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Capital social realizado		Aumento de capital		Prejuízos acumulados		Total
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	253.909	4.002	(256.739)	1.172			
Aumento de capital conforme AGE de 27 de novembro de 2015 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 22.01.2016	2.001	(2.001)	—	—			
Aumento de capital conforme AGE de 29 de dezembro de 2015 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 01.02.2016	2.001	(2.001)	—	—			
Aumento de capital conforme AGE de 30 de maio de 2016 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 20.06.2016	1.500	—	—	1.500			
Aumento de capital conforme AGE de 30 de junho de 2016 em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil (BACEN)	—	5.601	—	5.601			
Lucro do semestre	—	—	339	339			
Saldos em 30 de junho de 2016	259.411	5.601	(256.400)	8.612			
Mutações do semestre	5.502	1.599	339	7.440			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	287.416	—	(266.306)	21.110			
Aumento de capital conforme AGE de 24 de fevereiro de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 30.03.2017	16.340	—	—	16.340			
Aumento de capital conforme AGE de 28 de abril de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 05.06.2017	1.300	—	—	1.300			
Aumento de capital conforme AGE de 31 de maio de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 21.06.2017	1.300	—	—	1.300			
Aumento de capital conforme AGE de 30 de junho de 2017 em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil (BACEN)	—	1.300	—	1.300			
Prejuízo do semestre	—	—	(2.046)	(2.046)			
Saldos em 30 de junho de 2017	306.356	1.300	(268.352)	39.304			
Mutações do semestre	18.940	1.300	(2.046)	18.194			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional: O Banco Ficsa S.A. ("Banco") está organizado sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Não obstante, desde 05 de janeiro de 2013, os Acionistas e Administradores do Banco, deliberaram pela suspensão de novas operações de crédito relativas ao segmento de mercado em que sempre atuou. Neste momento, os Acionistas e Administradores do Banco, estão dedicados na administração da carteira remanescente e dos recursos próprios, com o propósito de desalavancar a estrutura do Banco. Para tanto, o Banco liquidou antecipadamente fundos em direitos creditórios, recomprou todas as carteira cedidas com cláusula de coobrigação e realizou cessões dos respectivos créditos recomprados sem retenção de riscos e benefícios. Com a efetivação da desalavancagem operacional e com o enquadramento do Patrimônio Mínimo Exigido para as instituições financeiras ocorrida desde o semestre anterior, os acionistas e administradores protocolaram junto ao Banco Central do Brasil um plano de redução expressivo dos aportes mensais programados. **2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil e estão consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** a) **Auração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos às variações monetárias ou cambiais são atualizados até a data do balanço. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.604/08 que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo caixa e equivalentes de caixa os saldos de caixa, conta-corrente em bancos (apresentados como disponibilidades no balanço patrimonial) e aplicações interfinanceiras de liquidez, imediatamente conversíveis, ou com prazo original igual ou inferior a 90 dias. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: • **Títulos para negociação** - adquiridos com o objetivo de serem ativos e, frequentemente, negociados, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período; • **Títulos disponíveis para venda** - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; • **Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. De acordo com a Circular nº 3.082/02 do Banco Central do Brasil (BACEN), os instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedg*) ou não. As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades de exposição global de riscos. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedg* econômico). e) **Operações de crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD):** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (sem risco) e H (risco máximo), incluindo a prerrogativa de que trata o parágrafo 2º, do inciso II, do artigo 4º da referida Resolução (contagem em dobro das operações com prazo a decorrer superiores a 36 meses). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente, de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) leva em conta as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas decorrentes de inadimplências da carteira de operações de crédito como um todo. f) **Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de realização, deduzidos quando aplicável, das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculadas *"pro rata die"* e provisão para perdas, quando julgado necessário. g) **Despesas antecipadas:** As despesas pagas, antecipadamente, relativas aos serviços de assessoria de crédito, cadastro, inspeção e vistoria, estão sendo apropriadas ao resultado, de acordo com

a vigência dos respectivos contratos, ou, no caso de despesas antecipadas de serviços de assessoria de crédito, cadastro, inspeção e vistoria, baixadas como despesa ao resultado se os contratos que as originaram forem cedidos com transferência substancial de riscos e benefícios. h) **Investimentos:** Os investimentos estão avaliados ao custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. i) **Ativo imobilizado:** Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: instalações 10%, móveis e utensílios 10%, equipamentos de comunicação 10% e equipamentos de processamento de dados 20% ao ano. j) **Ativo intangível:** Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Em 30 de junho de 2017 e 2016 o ativo intangível está composto por softwares registrados ao custo, deduzido de amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano). k) **Depósitos a prazo:** Os depósitos a prazo estão registrados pelos seus valores contratuais acrescidos dos encargos contratados, proporcionais ao período decorrido da contratação da operação. l) **Imposto de Renda e Contribuição Social:** A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A Contribuição Social Sobre o Lucro é calculada considerando a alíquota de 20%. m) **Passivos circulantes e exigível a longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço. n) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN) descritos a seguir: • **Ativos contingentes:** não

continuação NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado o contrário)

como perda remota não requerem provisão e divulgação; • **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** considera as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado, mensalmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2017	2016
Disponibilidades	665	206
Aplicações interfinanceiras de liquidez (operações compromissadas)	4.697	2.000
Total	5.362	2.206

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez
A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez é assim representada:

	2017	2016
Aplicações em operações compromissadas	4.697	2.000
Posição bancada:		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-2.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.697	-
Total de aplicações em operações compromissadas	4.697	2.000

6. Títulos e valores mobiliários:

6.1. Composição:

	2017		2016	
	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil
Carteira Própria				
Cotas de Fundos de Investimento (a)	1.673	1.673	4.700	4.700
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (b)	1.471	1.471	5.628	5.628
	3.144	3.144	10.328	10.328

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado, quando aplicável, de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. No caso das aplicações em fundos de investimento de acordo com o valor da cota dos fundos divulgada pelos Administradores.

(a) Cotas de fundos de investimento

	2017	2016
Cotas de Fundo de Investimento Multimercado	1.673	3.036
Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - F. Bório	-	1.664
Total	1.673	4.700

(b) Classificação da carteira conforme Circular 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN): Em 30 de junho de 2017 e 2016, a carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, classificada de acordo com a intenção de negociação por parte da Administração em conformidade com a legislação, estava assim composta:

	2017		2016	
	Valor de mercado	Valor contábil	Até 12 meses	Valor contábil
Títulos para negociação				
Cotas de Fundos de Investimentos	1.673	1.673	1.673	3.036
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.471	1.471	1.471	5.628
	3.144	3.144	3.144	8.664

Títulos mantidos até o vencimento

	2017	2016
Cotas de Fundos de Investimentos	-	-
	3.144	3.144

7. Operações de crédito:

a) Diversificação por produto

	2017	2016
Setor privado:		
Financiamentos	156	4.188
Crédito direto ao consumidor	51	788
Total antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa	207	4.976
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(175)	(1.486)
Total Líquido da Carteira	32	3.490
Parcela a curto prazo	32	3.470
Parcela a longo prazo	-	20

Estão representadas por empréstimos (crédito direto ao consumidor) e financiamentos ao setor privado, cujas garantias são fidejussórias e alienação fiduciária, atualizadas em conformidade com as condições contratuais (prefixadas) estando as parcelas vencíveis após os doze meses subsequentes ao balanço, classificadas no ativo realizável a longo prazo. A partir de 1º de janeiro de 2012, as cessões de operações de crédito passaram a ser efetuadas com base na Resolução nº 3.533/08 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que estabelece os procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou transferência de ativos financeiros da seguinte forma: • **Operações com transferência substancial de riscos e benefícios:** classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação; • **Operações com retenção substancial de riscos e benefícios:** classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação; • **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere ou retém, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. As cessões de crédito realizadas pelo Banco Ficsa S.A., cedidas antes, ou cedidas na vigência da Resolução nº 3.533/08 do Conselho Monetário Nacional (CMN) foram totalmente recompradas no exercício de 2014.

b) Diversificação por atividade:

	2017	2016
Setor privado		
Serviços	3	19
Pessoas físicas	204	4.957
Total antes da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	207	4.976
c) Diversificação por prazo		
Setor privado		
Vencidas até 60 dias	3	700
Vencidas de 61 a 180 dias	4	419
Vencidas de 181 a 360 dias	168	364
A vencer até 180 dias	32	3.341
A vencer entre 181 e 360 dias	-	123
	207	4.948
A vencer após 360 dias	-	29
Total antes da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	207	4.976

8. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD):

8.1. Movimentação da PCLD (Ativo): A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) foi a seguinte:

	2017	2016
Saldos no início dos períodos	1.407	3.410
Baixas para prejuízo	(833)	(2.333)
Provisão constituída	(399)	409
Saldos no fim dos períodos	175	1.486
Parcela a curto prazo	175	1.478
Parcela a longo prazo	-	8

Créditos recuperados no período

8.2. Movimentação da PCLD (Resultado): A despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa é composta unicamente sobre a carteira de crédito, sendo R\$ 399 em 2017 (R\$ 410 em 2016).

8.3. Composição da PCLD por nível de risco: A composição da carteira de operações de crédito nos correspondentes níveis de risco é a seguinte:

Níveis de risco	Percentual de provisão	Valor da carteira		Provisões	
		2017	2016	2017	2016
A	0,50%	25	2.456	-	12
B	1,00%	-	285	-	3
C	3,00%	3	328	-	10
D	10,00%	3	184	-	18
E	30,00%	-	182	-	55
F	50,00%	-	220	-	110
G	70,00%	1	143	-	100
H	100,00%	175	1.178	175	1.178
		207	4.976	175	1.486

9. Outros créditos - diversos:

	2017	2016
Devedores por depósitos em garantia (nota 9.2)	11.890	12.062
Crédito Presumido - Lei 12.838/2013	39.441	36.085
Pagamentos a ressarcir	355	341
Devedores diversos país	1.299	2.962
Impostos e Contribuições a compensar	524	519
Adiantamentos a fornecedores	162	172
Outros	21	31
Total	53.692	52.172
Parcela Curto Prazo	3.419	5.216
Parcela Longo Prazo	50.273	46.956

9.1. Créditos tributários: Diante da decisão dos Acionistas e Administradores pela suspensão definitiva de novas operações de crédito, citada na Nota Explicativa nº 1, o crédito tributário registrado em 30 de junho de 2014 foi totalmente revertido. Em 30 de junho de 2017 e 2016, o valor dos créditos tributários não ativados estão assim compostos:

	2017	2016
Sobre diferenças temporárias		
Imposto de renda	10.497	15.604
Contribuição social	8.831	12.916
Prejuízo fiscal	70.536	62.182
Base negativa da contribuição social	56.429	49.746
Total	146.293	140.448

9.2. Devedores por depósitos em garantia:

	2017	2016
Para interposição de recursos fiscais (a)	8.974	8.777
Para interposição de recursos trabalhistas	1.412	1.533
Outros	1.504	1.752
Total	11.890	12.062
Parcela a curto prazo	1.412	1.533
Parcela a longo prazo	10.478	10.529

(a) Valor correspondente ao depósito judicial que visava à suspensão da exigibilidade do IRPJ e de CSLL. Em função da adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Tributários instituído pela Lei nº 11.941/09, aguarda-se a vinculação dos depósitos para quitação dos valores devidos (Nota Explicativa nº 12) e posterior levantamento dos saldos remanescentes dos processos.

9.3. Crédito presumido: O Banco possui crédito presumido de acordo com as premissas incluídas na Lei nº 12.838/13. Estes créditos serão objeto de pedido de ressarcimento e estarão sujeitos à verificação de sua exatidão junto à Fazenda Nacional. Em 2017, o montante de crédito presumido apurado foi de R\$ 3.355 (R\$ 13.014 em 2016), totalizando o montante de R\$ 39.441 (R\$ 36.085 em 2016)

10. Despesas antecipadas:

	2017	2016
Comissão de crédito antecipada	1	114
Verificação de bens antecipada	-	40
Comissão sobre colocação de títulos	-	5
Total	1	159
Parcela a curto prazo	1	158
Parcela a longo prazo	-	1

11. Depósitos: Composição por vencimento:

	2017		2016	
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos à vista	Depósitos a prazo
Sem vencimento	407	-	378	-
Até 30 dias	-	-	-	-
De 31 a 60 dias	-	6	-	4
De 61 a 90 dias	-	-	-	-
De 91 a 180 dias	-	3	-	141
De 181 a 365 dias	-	37	-	41.590
Até 365 dias	407	46	378	41.735
Acima de 365 dias	-	6.899	-	1.302
Total	407	6.945	378	43.037

12. Outras obrigações - obrigações fiscais e previdenciárias:

	2017	2016
Provisão para riscos fiscais - Imposto de Renda (a)	-	3.010
Provisão para riscos fiscais - Contribuição Social (a)	-	1.820
Provisão para riscos fiscais - Outros	-	127
Impostos e contribuições a recolher	45	67
Total	45	5.024

a) Provisão para riscos fiscais, Imposto de Renda e Contribuição Social: relativamente aos exercícios de 1997, 1999, 2000 e 2001, é pleiteado pelo Banco o direito de continuar deduzindo o valor correspondente à Contribuição Social de sua própria base e da base de cálculo do Imposto de Renda, sem as restrições impostas pela Lei nº 9.316/96. Conforme mencionado na Nota Explicativa 9.2, com a adesão por parte do Banco, ao programa de parcelamento de débitos tributários instituído pela Lei nº 11.941/09, aguardamos a vinculação dos depósitos judiciais atrelados aos processos para quitação dos valores devidos. As provisões registradas na rubrica "Outras obrigações fiscais e previdenciárias", correspondentes a provisões para riscos fiscais foram reclassificadas de acordo com a Carta Circular nº 3.782 de 2016 no grupo "Outras obrigações - diversas".

13. Outras obrigações - diversas:

	2017	2016
Cheque Administrativo	22	22
Provisão para Contingências - Imposto de Renda (15.a)	3.010	-
Provisão para Contingências - Contribuição Social (15.a)	1.820	-
Provisão para Contingências - Cíveis e Trabalhistas (a)	10.791	11.256
Provisão para pagamentos a efetuar	493	1.036
Credeiros diversos - País	173	481
Total	16.309	12.795

(a) A provisão para contingências foi constituída segundo julgamento da Administração do Banco e com base na opinião de seus consultores legais, em montante considerado adequado à cobertura de eventuais perdas. Essa provisão é reavaliada periodicamente, dentre as quais se destacam: • **Provisão trabalhista:** são ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. A provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos setenta e oito meses para as ações sem depósito judicial e no valor dos depósitos judiciais registrados nos demais casos. Em 30 de junho de 2017, o montante destacado para provisão para contingências trabalhistas é de R\$ 2.368 (R\$ 2.409 em 2016); • **Provisão para ações de perdas e danos:** são ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, atreladas à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões relacionadas às operações de crédito. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. A provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos setenta e oito meses para as ações sem depósitos judiciais e no valor dos depósitos judiciais registrados nos demais casos. Em 30 de junho de 2017 o montante destacado como provisão para contingências cíveis referente ações de perdas e danos é de R\$ 8.296 (R\$ 8.847 em 2016). A movimentação das provisões e reversões constituídas no primeiro semestre de 2017 e 2016 foram as seguintes:

Descrição	Ações trabalhistas		Ações cíveis		Total 2017
	2017	2016	2017	2016	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.582	8.588	11.170	11.170	
Complemento de provisão	389	828	1.217	1.217	
Reversão de provisão	(54)	(129)	(183)	(183)	
Pagamentos	(549)	(991)	(1.540)	(1.540)	
Saldos em 30 de Junho de 2017	2.368	8.296	10.664	10.664	
Descrição	Ações trabalhistas		Ações cíveis		Total 2016
	2017	2016	2017	2016	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.270	9.072	11.342	11.342	
Complemento de provisão	1.435	1.479	2.914	2.914	
Reversão de provisão	(213)	(89)	(302)	(302)	
Pagamentos	(1.083)	(1.615)	(2.698)	(2.698)	
Saldos em 30 de Junho de 2016	2.409	8.847	11.256	11.256	

14. Patrimônio líquido: O capital social, em 30 de junho de 2017 e 2016 está representado por 9.042.743.732 e 1.114.120.098 ações ordinárias sem valor nominal respectivamente. Foram realizadas as seguintes Assembleias Gerais Extraordinárias que deliberaram sobre os seguintes aumentos de capital: • Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de julho de 2016 que deliberou o aumento de capital de R\$ 5.601 passando o capital de R\$ 265.012 para R\$ 270.613 com emissão de 724.613.710 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 1.838.733.808 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 18 de agosto de 2016 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). • Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2016 que deliberou o aumento de capital de R\$ 5.601 passando o capital de R\$ 270.613 para R\$ 276.214 com emissão de 846.731.540 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 2.685.465.348 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 28 de setembro de 2016 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). • Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2016 que deliberou o aumento de capital de R\$ 5.601 passando o capital de R\$ 276.214 para R\$ 281.815 com emissão de 917.402.059 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 3.602.867.407 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 19 de outubro de 2016 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). • Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2016 que deliberou o aumento de capital de R\$ 5.601 passando o capital de R\$ 281.815 para R\$ 287.416 com emissão de 1.008.392.783 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 4.611.260.190 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 23 de novembro de 2016 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). • Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2017 que deliberou o aumento de capital de R\$ 16.340 passando o capital de R\$ 287.416 para R\$ 303.756 com emissão de 3.569.400.149 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 8.180.660.339 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 30 de março de 2017 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). • Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2017 que deliberou o aumento de capital de R\$ 1.300 passando o capital de R\$ 303.756 para R\$ 305.056 com emissão de 279.752.457 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 8.460.412.796 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 05 de junho de 2017 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). • Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2017 que deliberou o aumento de capital de R\$ 1.300 passando o capital de R\$ 305.056 para R\$ 306.356 com emissão de 288.173.882 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 8.748.586.678 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 21 de junho de 2017 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). • Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2017 que deliberou o aumento de capital de R\$ 1.300 passando o capital de R\$ 306.356 para R\$ 307.656 com emissão de 294.157.054 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 9.042.743.732 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 01 de agosto de 2017 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual após as compensações e deduções previstas na Lei nº 6.404/76. Segundo o Estatuto do Banco, os dividendos poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP) previstos na Lei nº 9.249/95 e mais disposições pertinentes. A reserva legal é constituída nos termos da legislação societária à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, até atingir o limite de 20% do capital social. Sua utilização é restrita a compensação de prejuízos ou a aumento de capital.

15. Partes relacionadas: A Administração identificou como partes relacionadas a Quis Participações S.A. (Controladora Direta do Banco) e seus Administradores, os detentores do capital da Quis Participações S.A. (Controladores Indiretos do Banco) e seus respectivos Sócios e Administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração do Banco, bem como de outras partes que possuem influência significativa sobre o Banco, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05, consubstanciado pela Resolução nº 3.750/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN). O quadro a seguir apresenta as transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas, em 30 de junho de 2017 e de 2016:

	Ativos/Passivos		Receitas/Despesas	
	2017	2016	2017	2016

—☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado o contrário)

18. Outras receitas e despesas operacionais: As outras receitas e despesas operacionais, em 30 de junho de 2017 e 2016, estão assim compostas:

	2017	2016
Outras receitas operacionais:		
Recuperação de encargos e despesas	282	2.890
Reversão de outras provisões operacionais	100	73
Juros e Variação monetária ativa	99	115
Outras rendas operacionais	—	37
	481	3.115

	2017	2016
Outras despesas operacionais:		
Provisão com perdas em ações de perdas e danos e trabalhistas	1.140	2.612
Descontos concedidos	37	80
Provisão para perdas sobre rendas a receber	73	55
	1.250	2.747

19. Resultado não operacional: O resultado não operacional em 30 de junho de 2017 e de 2016 refere-se a:

	2017	2016
Prejuízo na alienação de bens não de uso próprio	(484)	(298)
Constituição de provisão não operacional	—	(39)
Outras receitas não operacionais	639	133
	155	(204)

20. Limites operacionais: Os principais indicadores dos limites operacionais do Banco são os seguintes:

Limites operacionais	Exigência	Situação	Margem (%)
a) Patrimônio líquido (*)	24.500	39.304	(60,42)
b) Capital realizado mínimo	24.500	306.356	(1150,43)
Limites operacionais	Limite	Situação	Margem (%)
c) Índice de imobilização	18.170	385	1,06

No decorrer do exercício de 2013, o Banco Central divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia ao sistema bancário mundial referindo-se aos requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste conjunto de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações. O Banco, atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções nºs 4.192/13 e 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares nºs 3.634/13 a 3.639/13, 3.641/13 e 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular 3.640/13 para o risco operacional. O quadro a seguir apresenta os indicadores de capital, incluindo o Patrimônio de Referência (PR) e os novos índices de capital a serem observados.

	jun/17	jun/16
Basileia III (A)	36.341	2.649
Patrimônio de referência Nível I	36.341	2.649
Capital Principal	36.341	2.649
Patrimônio Líquido	39.304	8.612
Ajustes Prudenciais (B)	(363)	(362)
Aumento de capital em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil (BACEN) (D)	(2.600)	(5.601)
Patrimônio de referência - PR	36.341	2.649
Ativo ponderado pelo risco - RWA (C)	3.085	2.015
Risco de Crédito	2.824	1.650
Risco de Mercado	1	—
Risco Operacional	260	365
RBAN	—	6
Índice da Basileia - % (D)	108,94%	12,98%
Índice da Basileia Amplo (inclui RBAN) - % (D)	108,94%	12,94%

(A) A partir de outubro de 2013, o patrimônio de referência passou a ser apurado com base na Resolução nº 4.192/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN); (B) Critérios utilizados, a partir de outubro de 2013, de acordo com a Resolução nº 4.192/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN); (C) Para efeito de comparabilidade, ajustamos a "Alocação de capital mínimo exigido" do período anterior, visto que passamos a apresentar as parcelas correspondentes do "Ativo ponderado pelo risco - RWA"; (D) Para fins de patrimônio de referência os valores relativos aos aumentos de capital em fase de homologação junto ao Banco Central do Brasil (BACEN) passaram a ser desconsiderados na apuração do patrimônio de referência nível I a partir de outubro de 2013.

21. Gestão de riscos (Não Auditado): As informações detalhadas de gestão de riscos do Banco Ficsa, encontram-se disponibilizadas no Relatório de Gerenciamento de Riscos no site do Banco (www.ficsa.com.br), de acordo com as Circulares nº 3.477/09 (até setembro de 2013) e nº 3.678/13 (a partir de outubro de 2013) do Banco Central do Brasil (BACEN); **Risco de mercado:** Define-se como risco de mercado a variação nos valores dos ativos e passivos, causadas por mudanças em preços e taxas de mercado (como juros, ações, cotações de moedas e preços de commodities), e também de mudanças na correlação (interação) entre eles e em suas volatilidades. As principais ferramentas e medidas para gerenciamento desse risco, utilizadas pelo Banco, são o VaR (*Value at Risk*) paramétrico com distribuição normal, que é uma medida estatística que estima a perda potencial máxima do valor da carteira do banco em condições normais de mercado dentro de uma determinada circunstância (horizonte de tempo), e o cálculo de perdas em cenário de estresse (VaR estresse) que determina os efeitos de condições extremas de mercado (tanto positivas quanto negativas) no valor do portfólio do Banco. **Risco de liquidez:** Possibilidade da instituição não ser capaz de honrar, eficientemente, suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas

significativas. A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O Banco apresenta modelos, metodologias e estratégias para monitorar o risco de liquidez. **Risco de crédito:** É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O processo decisório de gerenciamento e controle do risco de crédito, orientado pelas melhores práticas do mercado, tem permitido ao Banco utilizar-se de metodologias baseadas em modelagem científica para análise de riscos. O capital econômico alocado do portfólio para cobertura do risco de crédito é determinado por modelos estatísticos, levando em consideração a qualidade e a concentração na carteira, além da classificação de crédito dos clientes que a compõem. **Risco operacional:** Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Neste sentido, inclui o risco legal, que é associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Em relação a parcela de alocação de capital para o risco operacional, o Banco Ficsa utiliza-se do modelo padronizado alternativo, segundo a Circular nº 3.383/08 do Banco Central do Brasil (BACEN).

22. Gerenciamento de capital (Não Auditado): As instituições financeiras devem adotar procedimentos relacionados com o monitoramento e controle do capital, com a avaliação da necessidade de capital e planejamento de metas para fazer face aos seus riscos e aos objetivos estratégicos da instituição segundo determina a Resolução nº 3.988/11 do Conselho Monetário Nacional (CMN). O Banco Ficsa avalia o nível de adequação de seu capital a partir de duas perspectivas: 1) a gestão da taxa de adequação de capital com base nas regras de Basileia II, para cada um dos riscos (crédito, mercado e operacional); e 2) a gestão global dos riscos. Faz parte também da política de gestão de capital do Banco Ficsa o adequado armazenamento de informações referentes ao processo de gestão de capital, de forma a suportar a administração, rastrear o histórico do processo e de seus resultados.

23. Eventos subsequentes: Não ocorreram eventos subsequentes relevantes, além do fato de novo protocolamento sobre plano de enquadramento do Patrimônio Líquido Exigido em 07 de julho de 2017.

A DIRETORIA

Valéria I. Rodrigues Uccella - Contadora - CRC 1SP 195657/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do **Banco Ficsa S.A.**, São Paulo - SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Ficsa S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos significativos dos assuntos comentados no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Ficsa S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva: Chamamos à atenção ao assunto descrito na nota explicativa 1, informando que o Banco se encontra, por decisão dos Acionistas e Administradores, em processo de desativação substancial de suas atividades bancárias desde janeiro de 2013. Neste cenário o Banco apresenta prejuízos acumulados e excesso do passivo circulante em relação ao ativo circulante. Conforme apresentado naquela nota explicativa, há eventos em andamento para manutenção operacional do Banco, as atuais atividades do Banco contemplam tão somente a administração da carteira de crédito remanescente, de difícil recuperação, de seus recursos próprios e das contingências cíveis e trabalhistas. Para fazer face aos custos operacionais foram realizados aportes de capital dos acionistas, conforme mencionado na nota explicativa nº 14. O equilíbrio patrimonial e os limites operacionais requeridos pelo Banco Central do Brasil, conforme mencionado na nota nº 20, concentram-se na manutenção de créditos presumidos no montante de R\$39.441 em 30 de junho de 2017, e até a data de emissão deste relatório não temos evidências suficientes quanto a sua realização, visto que não nos foram apresentados documentos e/ou processo de solicitação de ressarcimento, conforme premissas da Lei nº 12.838/13, bem como aprovação da Fazenda Nacional. Os acionistas e administradores protocolaram em 7 de julho de 2017, junto ao Banco Central do Brasil, um pleito de redução de aportes mensais para continuidade do enquadramento do patrimônio líquido mínimo exigido. Neste documento encontra-se um novo fluxo de capitalizações para custeio bem como cronograma de possível processo de alienação do controle societário. Neste momento, estas situações indicam a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade do Banco, de não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. Assim, até a presente data não obtivemos evidência apropriada e suficiente de auditoria para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases: Parte relacionada: Conforme nota explicativa nº 15, o Banco possui operações de depósito a prazo com parte relacionada no montante de R\$ 6.844. Tais operações foram realizadas em condições de comutatividade de mercado. Nossa opinião não contém ressalva em decorrência desse assunto.

Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, apresentados para fins comparativos, foram por nós auditados onde emitimos relatório com modificação em 09 de março de 2016, contendo ressalvas a respeito dos seguintes assuntos: (i) continuidade operacional; e (ii) limites operacionais.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de setembro de 2017

BDO

BDO RCS
Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares
Contador - CRC 1 SP 120458/O-6